

#NENHUMAAMENOS: o eco das vozes feministas na cobertura jornalística do caso Mayara Amaral

#Nenhumaamenos: the eco of feminist voices in the News coverage of Mayara Amaral case of femicide

Tainá Mendes Jara^(*)

Katarini Giroldo Miguel^(**)

Resumo

Nosso artigo propõe um debate sobre a influência da comunicação em rede na cobertura jornalística de um caso de feminicídio que reverberou nas redes sociais e alcançou intensa repercussão midiática, ao acontecer sob o eco das manifestações de uma pretensa quarta onda feminista e a partir da publicação, no Facebook, de uma carta aberta elaborada pela irmã da vítima.

Palavras-chave: Jornalismo. Redes Sociais. Femicídio. Movimento Feminista.

Abstract

Our paper proposes a debate about the influence of network communication in the journalistic coverage of the femicide case that reverberated on social networks and reached intense media repercussions, when it happened under the echo of the manifestations of an alleged fourth feminist wave and the publication, on Facebook, of an open letter written by the victim's sister.

Keywords: Journalism. Social Networks. Femicide. Feminist Movement.

1 INTRODUÇÃO: POTÊNCIA QUE TRANSBORDA FRONTEIRAS

O que faz a comoção em relação a um crime ultrapassar fronteiras e temporalidades de uma notícia local? A infeliz realidade que torna rotina os assassinatos, em especial de mulheres, nos impõe tal questionamento. A capacidade de prolongamento e alcance de certos acontecimentos, mesmo em contexto de obsolescência acelerada, foi o que levantou interesse pelo caso de feminicídio da musicista Mayara Amaral, 27 anos, ocorrido em junho de 2017, em Campo Grande-MS.

A musicista foi morta a pauladas, em um quarto de motel e seu corpo foi jogado, vestido apenas com roupa íntima, em um matagal na zona rural da cidade, local conhecido como “Inferninho”, onde foi queimado. A história que levou ao crime e os procedimentos utilizados para tirar a vida da musicista são comuns em casos de feminicídio. A dimensão da repercussão em relação à morte de Mayara, no entanto, não se assemelha a de outros crimes da mesma natureza: projeção nacional, internacional, mobilizações em rede e manifestações presenciais. Buscamos entender o porquê de tal

^(*)Jornalista, mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: tainajara@gmail.com

^(**) Docente nos cursos de graduação em Jornalismo e no Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

amplitude por meio da análise dos fluxos informativos do acontecimento em diferentes veículos de comunicação, e a influência de um movimento feminista em rede nesse processo. Reconhecemos também que a farta notoriedade tenha relação com a classe e o lugar social da vítima, inclusive como musicista pós-graduada em bancos universitários reconhecidos. Contudo, o caso extrapolou os recortes midiáticos convencionais. Veremos.

Entre as circunstâncias que foram consideradas para escolha do objeto está a emergência de uma quarta onda feminista¹, potencializada pelo uso das redes sociais, caracterizada pela noção interseccional e pelo protagonismo das mulheres latino-americanas, que vivem em países com altas taxas de violência de gênero², onde medidas legislativas para coibir tais práticas se fazem necessárias. Desta forma, a eficácia da Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, conhecida como Lei do Femicídio, que alterou o Código Penal considerando o assassinato por razão de gênero, pouco mais de dois anos antes da morte da musicista, também pesou na escolha do caso.

As normativas refletem a consolidação de décadas de reivindicações do movimento feminista e ganham corpo na proposta de um feminismo em rede, descentralizado e descolonizado. O próprio sentido político da palavra femicídio, com propósito de denunciar a falta de respostas do Estado a estes crimes, é uma construção da latino-americana e caribenha. Apesar de cunhado, pela primeira vez, pela estudiosa africana Diana Russel, em 1976, no Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres de Bruxelas, para caracterizar o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres (MENEGHEL e HIRAKATA, 2010), o contexto de violência brutal com que

¹Para melhor compreender as etapas históricas que caracterizaram o movimento feminista, aderimos ao termo ondas, embora esta construção cronológica seja alvo também de críticas, especialmente por se alicerçar em ideias colonizadas, as quais, inevitavelmente, carregam opressões estruturais. Nossa intenção tem efeito elucidativo, entendendo a dinâmica plural e cíclica, para demarcar sem rigidez as principais reivindicações feministas desde o final do século XVII. Em suma, as primeiras ondas têm caráter mais reivindicatório no sentido de garantir direitos da mulher enquanto cidadã. Os questionamentos sobre a condição feminina ganham corpo numa segunda etapa. As reflexões feitas neste período abriram espaço para uma terceira onda, pautada pela diversidade e desconstrução do conceito de gênero. A quarta onda, como fenômeno contemporâneo, está em construção e debate, e se configura em narrativas altamente midiáticas, em rede, autônomas e plurais - noções que buscamos problematizar neste trabalho, a partir, principalmente, de Hollanda (2018).

² O Mapa da Violência 2015 apontava o Brasil como o 5º, em um *ranking* de 83 nações, em assassinato de mulheres. Mato Grosso do Sul, onde ocorreu o caso da musicista, foi o nono lugar entre os estados com a maior taxa de homicídio de mulheres (WASELFSZ, 2015). Mais atual, o Mapa da Violência Contra a Mulher de 2018, elaborado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Câmara dos Deputados, apontava MS entre os quatro do País, com maior número de femicídios registrados.

estes crimes ocorrem na América Latina levou o conceito de feminicídio (ou femicídio) ser aperfeiçoado pela pesquisadora mexicana Marcela Lagarde, no início dos anos 2000.

Tal contexto, aliado à intensificação do uso das tecnologias sociais, levaram as mulheres a transformar a indignação e o medo em instrumento de denúncia e de reivindicação. Entre as marchas emblemáticas realizadas nos últimos anos; está a paralisação das mulheres argentinas, organizada pelo coletivo #NiUnaMenos, em decorrência do feminicídio da adolescente Lúcia Perez, 16 anos, a qual foi drogada, estuprada e morta por empalamento, em Mar del Plata, em outubro de 2016. A mobilização das argentinas levou à organização, no dia 8 de março de 2017, da Greve Internacional das Mulheres – também denominada *Paro Internacional de Mujeres* (PIM) e *International Women's Strike* (IWS) –, com adesões em mais de 55 países.

Os ecos dessas manifestações acompanharam também o caso de Mayara, ocorrido menos de três meses depois. O #NenhumaAMenos estampou cartazes nos protestos de ruas realizados entre os dias 5 e 16 de agosto de 2017, motivados pelo feminicídio de Mayara Amaral, e marcados para ocorrer em pelo menos seis capitais brasileiras.

Ao descrever as manifestações, Bogado (2008, p.36) denomina como “primavera feminista do Brasil” e ressalta a “paradoxal pessoalidade impessoal” das mobilizações. Nem só de familiares, amigas e conhecidas foram formados os atos contra o feminicídio de Mayara Amaral, por exemplo. Contatos íntimos não foram regra para a identificação com o caso. Exemplo da voz pessoal, porém de identificação coletiva foi a carta publicada pela irmã da musicista, a jornalista Pauliane Amaral, em sua página pessoal no Facebook, no dia 27 de junho de 2017, dois dias depois do corpo da musicista ser identificado³. Ela viu no relato uma forma de contrapor a abordagem feita pela imprensa local, principal fonte de informações sobre o caso. Com mais de 30 mil compartilhamentos, a publicação, que cobrava a tipificação feminicídio, até então não colocada pela imprensa e outras autoridades, e mais responsabilidade por parte dos jornalistas, ganhou notoriedade, alcançou grandes veículos de comunicação e influenciou a cobertura jornalística.

³ A carta sofreu alterações de texto ao longo da repercussão midiática e do julgamento do processo no sentido de retomar a tipificação de latrocínio para garantir uma pena maior: 20 a 30 anos de reclusão, enquanto o feminicídio prevê de 12 a 30 anos. Julgado em março de 2019, Luís Alberto Bastos, foi condenado por feminicídio a 27 anos e dois meses de reclusão em regime fechado, a maior pena com este qualificador concedida no país até então. A publicação agora está em perfil fechado no Facebook, mas pode ser lida na íntegra no conteúdo disponível em: <http://www.sonora.me/author/admin/page/2/>; “Quem é Mayara Amaral?” Acesso em 07 jun.2020.

Diante dos desafios de mensurar a potência das mobilizações feministas, amplificadas pelo uso das redes sociais, da capacidade de relatos pessoais se tornarem coletivos e da necessidade de fazer uma recorte para análise do caso, optamos por considerar tal carta como a representação deste fenômeno e a tornamos elemento central para comprovar (ou descartar) a recirculação do conteúdo jornalístico, a partir da sua publicação, além de diferenciar a cobertura feita pelo veículo local e os nacionais e internacionais.

Durante a pesquisa, procedemos com uma análise exploratória, que nos permitiu construir hipóteses, levantar características e revelar associações entre as variáveis do caso e das diferentes mídias (GIL, 2010). Tal conduta revelou a necessidade de combinar técnicas metodológicas para se ter resultados mais palpáveis. Assim, utilizamos uma estratégia de pesquisa baseada no alinhamento de métodos quantitativos e qualitativos, em diálogo com os conceitos centrais da quarta onda feminista, com aprofundamento na leitura dos textos jornalísticos, a partir das inferências, prática característica da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), sem adotar categorias rígidas que poderiam reduzir ou omitir aspectos importantes de serem explorados.

Na fase do diagnóstico, tabulamos as notícias, artigos e reportagens publicadas sobre o caso Mayara Amaral, ao longo de 12 meses, a partir de 25 de julho de 2017, quando seu corpo foi encontrado, que resultou em 148 publicações jornalísticas sobre o caso. Elencamos o título das publicações, data/hora, editoria, autores, subtítulo, link de acesso, citação ao termo “feminicídio” e se as notícias faziam referência à carta de grande repercussão publicada pela irmã de Mayara e dividimos em dois grupos. 1) Locais, a partir de conteúdos veiculados no *site* Campo Grande News, o maior portal informativo do Estado de Mato Grosso do Sul⁴, onde localizamos 103 publicações. 2) Nacionais/internacionais, publicadas por veículos de comunicação que têm essas amplitudes; localizamos notícias sobre o caso, por exemplo, no jornal Folha de S.Paulo, revistas Veja, Cláudia e até em mídia francesa, totalizando 45 publicações. O objetivo com esse levantamento inicial foi formar uma série de publicações que nos permitisse analisar oscilações de comportamento midiático, a partir de interferências consideradas, *a priori*, externas às coberturas jornalísticas, como a centralidade do termo feminicídio e o impacto das redes sociais digitais nas publicações.

⁴A escolha do veículo se deu devido a sua relevância no contexto regional. Primeiro jornal *online* de Mato Grosso do Sul, o CGNews foi inaugurado em 4 de março de 1999. Com conteúdo, 100% local, o portal é o mais acessado do estado, com média de 5 milhões de visitas mensais, de acordo dados do site www.similarweb.com, com base em junho de 2020.

Para melhor entendimento, as análises foram divididas em duas etapas que apresentamos na sequência. “Afetação local: os fluxos informativos do Campo Grande News” e “Afetação global: os fluxos informativos nos veículos nacionais e internacionais”. A divisão e os nomes dos tópicos foram inspirados no conceito de local-global, apontado por Santos (2001) e Castells (2013).

2 AFETAÇÃO LOCAL: OS FLUXOS INFORMATIVOS DO CAMPO GRANDE NEWS

Localizamos no Campo Grande News 103 notícias sobre o caso Mayara Amaral durante o período do nosso levantamento, julho de 2017 a julho de 2018. O número de matérias referente ao feminicídio e com o nome de Mayara Amaral demonstra que o jornal fez uma cobertura abrangente do caso, seguindo os principais critérios de noticiabilidade do jornalismo, como a morte (com requintes de crueldade) e a proximidade (TRAQUINA, 2005). A cobertura abrangente por parte do *site* corrobora com o que constataram Martins e Carvalho (2016) sobre uma preocupação em registrar os feminicídios de forma quantitativa, porém, a mera notificação, em seções policiais, especialmente, se mostra ineficaz no sentido de fazer o enfrentamento político e legal. As coberturas jornalísticas correm o risco de reduzir suas produções sobre o assunto a meros registros.

A maior concentração de matérias jornalísticas identificamos no primeiro mês do acontecimento. Foram 66 notícias publicadas no período de 30 dias. O número se refere a 64% do total de matérias publicadas nos 12 meses considerados. A primeira notícia elaborada pelo *site*, às 19h37, no dia 25 de julho de 2017, “Corpo de mulher é encontrado carbonizado na região do Inferninho”⁵ traz a abordagem factual e aberta aos desdobramentos. Os suspeitos foram presos no dia seguinte e o jornal se dedicou a cobrir o andamento das investigações policiais em mais da metade das matérias publicadas, com predomínio de uma cobertura policial imediatista.

Do total de publicações, 63,1%, têm como foco o desdobramento das investigações e a tramitação do caso na Justiça. Policiais, advogados e o próprio processo aparecem como principais fontes nestas notícias. Chama a atenção, o nível de detalhamento de algumas das publicações com este enfoque: “Preso por morte de

⁵Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/corpo-de-mulher-e-encontrado-carbonizado-na-regiao-do-inferninho>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Mayara indicou namorada como visitante em presídio”⁶, de 3 de agosto de 2017, “Preso por matar Mayara quer trocar de presídio com medo de ameaças”⁷, de 4 de agosto de 2017, e “Assassino confesso de Mayara quer sair do presídio para sacar FGTS”⁸, 4 de setembro de 2017. Os exemplos relatam fatos irrelevantes ocorridos enquanto o assassino já estava na prisão. Moreno (2012), Prado e Sanematsu (2017) alertam para os riscos de espetacularização da tragédia e de tornar um assassino celebridade em casos envolvendo violência contra a mulher.

Até mesmo uma espécie de perfil de Luís Alberto Bastos, autor do crime, foi traçado com base em depoimentos de amigos. A reportagem foi publicada no dia 27 de julho de 2019, “Amigos estão chocados com envolvimento de baterista na morte de Mayara”⁹. Aliás, um dos alvos das críticas das feministas e da própria irmã de Mayara, na carta publicada nas redes sociais, foi justamente o espaço considerável dado pelo *site* a notícias com enfoque nos suspeitos, em detrimento da própria história da vítima. Chama a atenção a combinação de adjetivos com o tom de suposição no *lead* (primeiro parágrafo) da notícia, que se dedica a retratar o assassino confesso da musicista: “Chocados. Assim amigos e familiares do músico Luís Alberto Bastos Barbosa, 29 anos, ficaram ao saber que ele, vegetariano, fã de natureza, até então pacifista e amigável, foi preso suspeito de ser o mentor do assassinato de Mayara Amaral, 27, com quem diz que mantinha um relacionamento” (RIBEIRO, 2017a).

Apesar de ser produzido quando as investigações ainda estavam em andamento, tal texto indica que o jornalista procura uma justificativa para o crime. Além disso, ele coloca dúvida sobre o relacionamento mantido entre Mayara e seu algoz, elemento de suma importância para qualificação do crime como feminicídio, especialmente diante da tentativa de dificultar as investigações com a supressão de provas. Neste sentido, atear fogo ao cadáver da vítima é um dos exemplos para ocultação de indícios da autoria do crime, verificados no caso de Mayara. Diante das descrições feitas pelos entrevistados, o autor da reportagem dedica cinco parágrafos à hipótese de Luís Alberto Bastos ser usuário de drogas. Conforme Prado e Sanematsu (2017), a tentativa de achar uma justificativa para explicar o que motivou o homem a matar uma mulher é comum em

⁶Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/preso-por-morte-de-mayara-indicou-namorada-como-visitante-em-presidio>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁷Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/preso-por-matar-mayara-quer-trocar-de-presidio-com-medo-de-ameacas>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁸ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/assassino-confesso-de-mayara-quer-sair-do-presidio-para-sacar-fgts>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁹Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigos-estao-chocados-com-envolvimento-de-baterista-na-morte-de-mayara>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

notícias sobre esses casos. “‘Enciumado’, ‘inconformado com o término’, ‘descontrolado’ ou até ‘apaixonado’ são os adjetivos que figuram com frequência nas manchetes da imprensa, todos os dias, para justificar crimes bárbaros” (PRADO e SANEMATSU, 2017, p.16).

Mas há oscilações no comportamento midiático e preocupação em contextualizar (e criar) histórias, a partir, comprovamos, do debate público gerado. São reportagens com a intenção de apresentar ao leitor quem era Mayara. “Caçula entre quatro filhos, Mayara foi inspirada na música por pai e avô”¹⁰, publicada em 26 de julho de 2017, “Era desses talentos que nasce um em 1 milhão, diz professor sobre Mayara”¹¹, publicada em 27 de julho de 2017, e “ ‘Nasceu para a música’, desabafa mãe de Mayara, assassinada há uma semana”¹², publicada em 31 de julho de 2017.

Dois dos filtros adotados na nossa pesquisa - a referência à publicação do Facebook e a citação ao termo feminicídio -, evidenciam as mudanças de abordagem. A notícia referente à carta foi a 11ª publicada pelo *site* Campo Grande News ainda com tom policial “Irmã cobra investigação de estupro antes da morte de Mayara”¹³, é baseada no depoimento de Pauliane e cita, pela primeira vez a tipificação feminicídio, mas sem destaque.

Pauliane havia citado no post que o crime também tem características de feminicídio, mas editou o texto, reforçando o pedido de investigação da violência sexual, depois de ser orientada nesse sentido, em razão dos rumos que a investigação ainda pode tomar. O questionamento sobre a tipificação também apareceu em inúmeros posts nas redes sociais (RODRIGUES e FERREIRA, 2017).

Até então, o caso vinha sendo tratado como suspeita de latrocínio, já que alguns bens da vítima tinham sido subtraídos. Porém, a reportagem relativa à apresentação dos suspeitos, em 26 de julho de 2017, “Mayara foi espancada até a morte em motel por dupla que queria roubar carro”¹⁴, revela que Luis Alberto Bastos confessou à polícia ter uma relacionamento com a vítima; evidência elementar para considerar a hipótese de ocorrência de um feminicídio íntimo, conforme as “Diretrizes Nacionais para Investigar

¹⁰ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/cacula-entre-quatro-filhos-mayara-foi-inspirada-na-musica-por-pai-e-avol>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

¹¹ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/era-desses-talentos-que-nasce-um-em-1-milhao-diz-professor-sobre-mayara>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

¹² Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/tv-news/2363-nasceu-para-a-msica-desabafa-me-de-mayara-assassinada-h-uma-semanaprofessor-sobre-mayara>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

¹³ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/irma-cobra-investigacao-de-estupro-antes-da-morte-de-mayara>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mayara-foi-espancada-ate-a-morte-em-motel-por-dupla-que-queria-roubar-carro>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

e Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres” (ONU MULHERES, 2016).

[...] pela morte de uma mulher cometida por uma pessoa com que a vítima tinha, ou tenha tido, uma relação ou vínculo íntimo: marido ex-marido, companheiro, namorado, ex-namorado ou amante, pessoa com quem tem filho(a)s. Inclui-se a hipótese do amigo que assassina uma mulher – amiga ou conhecida – que se negou a ter uma relação íntima com ele, seja sentimental ou sexual já que estes crimes costumam ser cometidos por companheiros e ex-companheiros das vítimas (PRADO e SANEMATSU, 2017, p.21).

A reportagem sobre a publicação da carta da irmã de Mayara é justamente a que inaugura a ocorrência da palavra feminicídio em nosso levantamento. No montante, 40% das publicações citam a tipificação. Na maioria das publicações, 62, o qualificador não aparece. Das 66 notícias sobre Mayara Amaral, no primeiro mês de maior concentração das publicações sobre o assunto, 23 fazem referência ao crime de feminicídio. Portanto, pouco mais de 1/3 das publicações. Nos 15 dias subsequentes à publicação da carta, 22 das 46 notícias publicadas utilizam a tipificação, portanto, essa maior ocorrência confirma a influência das redes sociais.

A primeira notícia em que a palavra feminicídio aparece no título é “Amigos de Mayara Amaral organizam ato contra feminicídio”¹⁵, publicada em 28 de julho de 2017, um dia depois de Pauliane compartilhar sua carta nas redes sociais. Chama a atenção o fato de as primeiras notícias que consideram a tipificação de feminicídio não serem aquelas que têm a investigação policial como foco principal, mas, sim, as que consideram reações e declarações ligadas à família e aos amigos; com isso, têm como fontes principais representantes da sociedade civil e não do Estado. Uma das reportagens em que a distinção na utilização das fontes é demonstrada é a seguinte: “Especialista da USP avalia que morte de Mayara foi feminicídio”¹⁶, também, publicada em 28 de julho de 2017. O texto é um exemplo de como o proclame de Pauliane levou, em menos de 24h, a cobertura jornalística do Campo Grande News a considerar outra perspectiva de abordagem, e demonstrar que a reivindicação pelo qualificador não era algo isolado. “A tipificação como feminicídio está sendo cobrada pelos movimentos feministas e de defesa dos direitos das mulheres, com argumentos semelhantes aos utilizados pela especialista” (HENRI, 2017), consta em trecho da reportagem realizada com a cientista social WâniaPasinato.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigos-de-mayara-amaral-organizam-ato-contr-feminicidio>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

¹⁶ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/especialista-da-usp-avalia-que-morte-de-mayara-foi-feminicidio>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

A necessidade de endosso de um pesquisador perante ao clamor social das redes e das ruas nos confronta com a dificuldade jornalística em dialogar com os movimentos sociais e a forma difusa com que se organizam (SANTOS, 2001). Outras notícias e reportagens publicadas pelo *site* Campo Grande News nos demonstram essa dificuldade. As mobilizações decorrentes do feminicídio de Mayara Amaral, por exemplo, tiveram foco central em apenas duas notícias publicadas pelo *site*: “Amigos de Mayara Amaral organizam ato contra feminicídio¹⁷”, de 28 de julho de 2017, e “Manifestações em MS e SP homenageiam Mayara e discutem feminicídio¹⁸”, publicada em 29 de julho de 2017.

A primeira delas limita-se a descrever os dados constantes na página do evento criado no Facebook e cita as informações da carta publicada na mesma rede social. E a outra reportagem volta a colocar em xeque a tipificação: “Movimentos feministas e familiares da vítima cobram que o crime seja tratado como feminicídio, afirmando que há indícios que também houve estupro da vítima. Por ora, a possibilidade também é investigada pela Polícia Civil” (RODRIGUES, 2017a). Utilizar expressões que denotam algo coletivo na reivindicação, como “movimentos feministas”, “sociedade civil”, “clamor público” foi um dos artifícios encontrados em notícias que não citam diretamente a carta. O uso de tais expressões vem ao encontro do debatido por Hollanda (2018), quando afirma que as ações da quarta onda feminista se caracterizam pelo fato de as experiências pessoais ecoarem como coletivas. No caso de Mayara, verificamos que a identificação com um relato íntimo levou à comoção e à solidariedade com a causa, e o depoimento da irmã funcionou como um estopim, em meio à efervescência dos movimentos feministas e da potência política do termo feminicídio.

Mas reconhecemos que, mesmo em menor proporção, há notícias dedicadas a problematizar os crimes de feminicídio de forma mais ampla, tentando explicar a tipificação, bem como suas causas, exemplificamos. “Feminicídio é lei de 2015 e tem marca do desprezo à mulher¹⁹”, 5 de agosto de 2017, “Feminicídio é desprezado em 75% das mortes violentas de mulheres em MS²⁰”, de 30 de outubro de 2017 e “Os feminicídios provaram em 2017 que nenhuma "Mayara" está a salvo”, de 31 de

¹⁷ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigos-de-mayara-amaral-organizam-ato-contrafeminicidio>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/manifestacoes-em-ms-e-sp-homenageiam-mayara-e-discutem-feminicidio>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

¹⁹ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/feminicidio-e-lei-de-2015-e-tem-marca-do-desprezo-a-mulher>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

²⁰ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/feminicidio-e-desprezado-em-75-das-mortes-violentas-de-mulheres-em-ms>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

dezembro de 2017²¹. O seguinte trecho demonstra o caráter didático com o que o jornal tentou abordar o assunto nesta publicação. “‘Toda morte de mulher é feminicídio? Não. Mas é quando a morte de uma mulher ocorre por uma questão de gênero. Nas razões de gênero, a gente pode observar sentimento de posse, sentimento de controle sobre o corpo, sobre o desejo’, exemplifica a magistrada” (SANTOS, 2017). Nesse caso, a jornalista entrevistou a juíza responsável pela Coordenadoria da Mulher e pela Vara de Medidas Protetivas, Jacqueline Machado. O interessante é que as três reportagens elaboradas no sentido de se aprofundar nos crimes de feminicídio foram assinadas por mulheres, demonstrando certa afinidade com o conceito de *feminist stand point*, utilizado por Ribeiro (2017b) para definir o que é “lugar de fala”. As mulheres se apropriam das próprias subjetividades e conseguem, pelo nosso recorte de pesquisa, elaborar a dimensão das violências de gênero.

Há, ainda, entre as publicações nas quais a palavra feminicídio aparece, aquelas em que o caso foi repercutido entre autoridades públicas, e consegue, em tese, atingir a esfera do Estado, um dos responsáveis por coibir os crimes e motivar ações no sentido de criação de políticas públicas. Alguns exemplos constatados no levantamento foram os seguintes: “Após tragédias, OAB-MS vai lançar campanha contra violência na Capital”²², de 29 de julho de 2017, “Subsecretária da Mulher diz que vai consultar polícia sobre “Caso Mayara””²³, também de 29 de julho de 2017, “Abalada com desenrolar de caso, mãe de Mayara não vai à Câmara”²⁴, 8 de agosto de 2017, e “Juiz faz inspeção no “Inferninho”: ponto tradicional para desovar cadáver”²⁵, de 12 de maio de 2018.

Para além de citar a palavra feminicídio, evidenciamos uma dinâmica muito específica nos fluxos informativos do caso Mayara Amaral, no sentido de não tratar o caso como corriqueiro e se apropriar dos debates das redes sociais para construir as pautas. Na reportagem publicada sobre um ano de morte da musicista, no dia 25 de

²¹ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/os-feminicidios-provaram-em-2017-que-nenhuma-mayara-esta-a-salvo>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

²² Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/apos-tragedias-oab-ms-vai-lancar-campanha-contra-violencia-na-capital>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

²³ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/subsecretaria-da-mulher-diz-que-vai-consultar-policia-sobre-caso-mayara>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

²⁴ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/abalada-com-desenrolar-de-caso-mae-de-mayara-nao-vai-a-camara>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

²⁵ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/juiz-faz-inspecao-no-inferninho-ponto-tradicional-para-desovar-cadaver>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

julho de 2017, “Mayara Amaral, a musicista de MS que virou símbolo contra o feminicídio”²⁶, a jornalista relembra o caso e refaz a trajetória dos acontecimentos que levaram até a realização das mobilizações de rua contra os feminicídio. “Sua morte teve projeção nacional e motivou protestos em diversas cidades”. A carta publicada pela irmã da vítima é colocada como elemento definidor da grande repercussão do caso: “Foi o grito indignado da irmã, a jornalista Pauliane Amaral, que levou como vento o nome da musicista pelo Brasil” (SANCHEZ, 2018).

3 AFETAÇÃO GLOBAL: OS FLUXOS INFORMATIVOS NOS VEÍCULOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Opiniões incisivas, maior familiaridade com as problematizações acerca dos crimes de feminicídio, olhar atento para as mobilizações de rua e, portanto, maior sintonia com os conceitos e as reivindicações da quarta onda feminista foram alguns dos elementos detectados na etapa de levantamento em veículos nacionais e internacionais que abordaram o feminicídio de Mayara Amaral.

Foi possível levantar 45 textos, entre reportagens, notícias, cartas e artigos de opinião publicados em 18 veículos nacionais e internacionais, citando o caso de Mayara Amaral: o *site* Esquerda Diário²⁷ e o *site* da revista Veja²⁸, com cinco publicações cada; o Portal Catarinas²⁹, *El País*³⁰, Diário do Centro do Mundo (DCM) do Ig³¹, e HuffPost Brasil³², com quatro publicações cada; *site* Metrôpole³³ fez três publicações; fizeram duas publicações, os *sites* Pragmatismo Político³⁴, revista Cláudia³⁵, Carta Capital³⁶ e Época³⁷; Folha de S. Paulo³⁸, Estadão³⁹, Jornal do Brasil⁴⁰,

²⁶ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/mayara-amaral-a-musicista-de-ms-que-virou-simbolo-contr-o-feminicidio/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

²⁷ Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

²⁸ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

²⁹ Disponível em: <<https://catarinas.info/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

³⁰ Disponível em: <<https://brasil.elpais.com>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

³¹ Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

³² Disponível em: <<https://www.huffpostbrasil.com>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

³³ Disponível em: <<https://www.metropoles.com/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

³⁴ Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

³⁵ Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

³⁶ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

³⁷ Disponível em: <<https://epoca.globo.com/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

³⁸ Disponível em: <<https://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

³⁹ Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁴⁰ Disponível em: <<https://www.jb.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Brasil 247⁴¹, Jota⁴², O Globo⁴³, Cheek Magazine⁴⁴ e Correio Braziliense⁴⁵ fizeram apenas uma publicação.

As primeiras notícias nacionais foram publicadas por *sites* segmentados e de perfil midialivrista como Portal Catarinas, Pragmatismo Político e Esquerda Diário, no sentido de serem conectados com as pautas dos movimentos sociais, administrados pelos próprios ativistas e caracterizados, principalmente, por um processo colaborativo de produção a partir da articulação de mecanismos digitais (MALINI e ANTOUN, 2013).

A publicação “Pela Memória de Mayara Amaral, pelas vidas das mulheres na música e no mundo: #NenhumaAMenos”⁴⁶, no Portal Catarinas, no dia 26 de julho de 2017, foi a primeira detectada pelo nosso levantamento. É importante ressaltar que esta foi a única publicação, ocorrida antes da data da publicação da carta da irmã de Mayara, em seu perfil pessoal no Facebook. As outras 44 matérias publicadas em veículos nacionais e internacionais ocorreram apenas depois dos milhares de compartilhamentos do depoimento de Pauliane Amaral. Logo o título do texto publicado no Portal Catarinas, expressa a proposta diferenciada do conteúdo que as jornalistas/ativistas se propõem a entregar. Fica explícita, pela utilização da hashtag, a intenção de disseminar o conteúdo nas redes sociais. A *tag* demonstra, também, o caráter local-global, como Castells (2013) e Santos (2001) caracterizam os movimentos sociais, fundamentados nas redes. Nasceram em contextos específicos, como foi o feminicídio de Mayara Amaral, mas passam a se conectar com ações globais; neste caso, com o movimento que surge, inicialmente, como #NiUnaMenos.

Escrito em primeira pessoa do plural, traz uma nota de solidariedade do coletivo “Rede Sonora – músicas e feminismos”, com informações sobre o caso de Mayara, inclusive com referências ao portal sul-mato-grossense Campo Grande News; porém, dá caráter nacional à publicação, ao citar dados sobre violência contra a mulher no Brasil e já reconhece, mesmo com preliminares indícios, como crime de feminicídio, ao contrário do verificado nas análises do levantamento do *site* local. Aliás, o uso da tipificação não pareceu uma dificuldade entre os veículos nacionais. O levantamento

⁴¹ Disponível em: <https://www.brasil247.com/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁴² Disponível em: <https://www.jota.info/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁴³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁴⁴ Disponível em: <http://cheekmagazine.fr/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁴⁶ Disponível em: <https://catarinas.info/pela-memoria-de-mayara-amaral-pelas-vidas-das-mulheres-na-musica-e-no-mundo-nenhumaamenos/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

nos mostrou que, do total de 45 textos verificados, 35 trazem a tipificação: quase 80% das publicações.

Outros aspectos textuais são verificados nas publicações feitas pelos *sites* de caráter midialivrista. Tom mais panfletário e opinativo, linguagem semelhante à utilizada nas redes sociais. Possuem características de manifesto, relatos pessoais em um movimento mais dialógico com o leitor, e sempre de autoria coletiva ou não identificada. Apesar da aparente informalidade das publicações, trazem propostas consistentes sobre combater a violência contra a mulher, demonstrando embasamento em relação ao tema. Os *sites* Pragmatismo Político, Esquerda Diário e HuffPost Brasil, por exemplo, possuíam, na ocasião, editorias específicas para tratar de assuntos relacionados ao gênero, com isso conseguem dar mais detalhes e abrangência para as notícias relacionadas.

Na imprensa convencional, identificamos a primeira publicação no dia 28 de julho de 2017, na revista Cláudia: “Três homens contra Mayara Amaral. Ela está morta. Carbonizada⁴⁷, com uma imediata especificidade em relação às publicações nacionais feitas entre os dias 25 e 28 de julho de 2017, é a primeira a identificar a autoria do texto, em coluna da jornalista Patrícia Zaidan. A semelhança com as outras publicações está no tom opinativo; no entanto, a denúncia passou a ser personificada.

A essa altura, a imprensa local já tinha feito a cobertura do caso de forma intensa, mas a publicação da revista Cláudia ganha relevância ao dar holofotes ao caso regional. Além disso, a principal matéria-prima do artigo é, justamente, a carta publicada nas redes sociais, pela irmã de Mayara. Em tom crítico, inclusive à própria imprensa, a jornalista reivindica a tipificação de feminicídio, como demonstra o seguinte trecho:

Embora tenha todas as características de feminicídio, de crime horrendo que envolveu três homens, rito machista que subjugou a mulher e abuso sexual seguido de morte, as autoridades do caso conduzem as investigações no escopo do latrocínio — o roubo que se completa na extinção da vida (ZAIDAN, 2017).

E cita a carta de Pauliane como fator preponderante para utilização da palavra feminicídio pela imprensa local: “Foi preciso que Pauliane Amaral, irmã mais velha de Mayara, se insurgisse contra o tratamento dado por policiais e jornalistas. Só assim soubemos o que aconteceu de verdade. Antes de ela postar seu texto nas redes sociais, nenhum veículo havia usado a palavra feminicídio” (ZAIDAN, 2017).

⁴⁷ Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/blog/coluna-da-patricia-zaidan/tres-homens-contra-mayara-amaral-ela-esta-morta-carbonizada/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Das 45 reportagens nacionais e internacionais levantadas, 15 fazem referência à carta publicada por Pauliane Amaral, em seu perfil pessoal, no Facebook. Incidência um pouco menor que a verificada no levantamento referente ao Campo Grande News. No entanto, constatamos que o caso ganhou repercussão nacional somente e justamente após a carta, e a maioria das referências ocorreu no primeiro mês analisado, período, portanto, mais próximo da divulgação do depoimento nas redes sociais e da própria morte de Mayara Amaral. Posteriormente, os veículos buscaram outras abordagens e a representação de um problema coletivo, com oportunidade para problematizações mais aprofundadas sobre feminicídio. Seguem alguns exemplos que, pelo título, já revelam esse posicionamento: “Mayara Amaral. Um crime que tem nome. E a voz das mulheres”⁴⁸, de 3 de agosto de 2017, “Caso Mayara Amaral: para que serve tipificar feminicídio?”⁴⁹, de 7 de agosto de 2017, “11 anos da lei Maria da Penha a violência segue real e escancarada”⁵⁰, de 7 de agosto de 2017, ‘O “culto” ao patriarcado e o sacrifício cotidiano das mulheres’, de 9 de agosto de 2017, “Feminicídio, Mayara Amaral e Lei Maria da Penha”⁵¹, 9 de agosto de 2018, “Combate à cultura da violência”⁵², de 17 de agosto de 2017, “Justiça de Saia: O que a justiça não vê, as mulheres sentem”⁵³, 1 de setembro de 2017.

A partir do texto opinativo publicado na revista Cláudia, notamos que outras publicações foram feitas na imprensa, também, no furor do desabafo de Pauliane Amaral. No dia 29 de julho de 2017, o caso é abordado pelo jornal Folha de S. Paulo. A reportagem “Assassinato de jovem professora a martelada choca MS e 3 são presos”⁵⁴, é assinado pela jornalista Sílvia Frias, de Campo Grande. De finalidade noticiosa, identificamos a tentativa de objetividade e a vasta utilização de fontes de informação, com um notável esforço para ir além da factualidade. Embora o título da matéria tenha um tom apelativo, até o quinto parágrafo do texto, a jornalista não fala do assassinato,

⁴⁸ Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/03/mayara-amaral-um-crime-que-tem-nome-e-a-voz-das-mulheres_a_23063968/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁴⁹ Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-da-anis-instituto-de-bioetica/caso-mayara-amaral-para-que-serve-tipificar-feminicidio-07082017>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.esquerdadiarario.com.br/11-anos-da-lei-Maria-da-Penha-a-violencia-segue-real-e-escancarada>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁵¹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1905379-assassinato-de-jovem-professora-a-marteladas-choca-ms-e-3-sao-presos.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁵² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/combate-cultura-da-violencia-21714083>>. Acesso em: 20 jul. 2019

⁵³ Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Blogs/Justica-de-Saia/noticia/2017/09/justica-de-saia-o-que-justica-nao-ve-mulheres-sentem.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁵⁴ Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/gabriela-prado-manssur/feminicidio-mayara-amaral-e-lei-maria-da-penha_a_23069643/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

mas se dedica a fazer um perfil, inclusive com vídeos da musicista, interpretando composições no violão. A hipótese do crime ser um caso de feminicídio é considerada e a reportagem incorpora reivindicações não só da irmã de Mayara, mas, também, dos movimentos feministas, confirmando a influência direta das redes sociais nessa cobertura convencional.

Os veículos mais tradicionais forjam um certo rigor nas apurações e um relativo distanciamento dos fatos. A revista *Veja*, por exemplo, investiu na cobertura com o encaminhamento de repórteres até o local do crime. Embora o conteúdo tenha sido publicado tardiamente, a primeira reportagem saiu apenas no dia 5 de agosto de 2017, mais de dez dias depois do corpo de Mayara ser encontrado; foram cinco reportagens publicadas sobre o assunto, nas versões impressa e online do periódico, a maior cobertura da imprensa nacional. As reportagens são as seguintes: “A verdadeira história”⁵⁵ e “A confissão do assassino de Mayara: “Fui movido pelo ódio””⁵⁶, ambas de 5 de agosto de 2017; “Assassino confesso de Mayara é indiciado por latrocínio”⁵⁷, de 7 de agosto de 2017, ““Só consigo pensar na falta que ela me faz falta””⁵⁸, de 9 de agosto de 2017, e “Promotoria denuncia assassino confesso de Mayara por latrocínio”⁵⁹, 10 de agosto de 2017. A série de reportagens rendeu, ainda, um “furo jornalístico”, ou seja, aquele material dado em primeira mão sobre o feminicídio de Mayara Amaral: a confissão do assassino Luiz Alberto Bastos que, até àquela altura, não tinha sido feita nem em depoimentos à polícia.

A confissão do assassino foi publicada em entrevista no estilo *ping-pong* (pergunta e resposta), na tentativa de se distanciar do fato e colocar toda a responsabilidade pela cobertura, apenas no entrevistado. Tal artifício não isenta o veículo de imprensa da reprodução de estigmas, já que é a responsável pela edição do material. Considerando a formulação de Prado e Sanematsu (2017), quanto às tentativas recorrentes de justificar os crimes de feminicídio e culpabilizar a vítima, constatamos que o material cria uma imagem vitimizada do autor do crime. Ao colocar a declaração do acusado para apresentar o conteúdo ao público, é como se o jornalista trouxesse uma

⁵⁵ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/a-verdadeira-historia/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁵⁶ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/fui-movido-pelo-odio/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁵⁷ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/suspeito-de-matar-mulher-a-marteladas-e-indiciado-por-latrocinio/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁵⁸ Disponível em: <<https://complemento.veja.abril.com.br/primeira-pessoa/ilda-cardoso-mae-mayara.html>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁵⁹ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/promotoria-denuncia-assassino-confesso-de-mayara-por-latrocinio/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

justificativa para o crime e tentasse, de certa forma, amenizar o ocorrido (PRADO e SANEMATSU, 2017, p.143).

Apesar de serem publicadas depois da divulgação da carta de Pauliane Amaral e do agendamento das manifestações de rua contra os casos de feminicídio, a revista ignora tais fatos. Inclusive, as duas primeiras matérias publicadas pelo periódico não citam o crime de feminicídio, com a tipificação aparecendo posteriormente, diante do impasse travado no Judiciário. Contudo, se aproxima da linguagem das redes sociais, ao publicar o depoimento da mãe da musicista, Ilda Cardoso na editoria Primeira Pessoa, dedicada à participação direta das personagens.

A partir da publicação da carta de Pauliane Amaral, outro fator que avaliamos como responsável por manter o feminicídio de Mayara Amaral por mais tempo nos veículos nacionais e internacionais, foi justamente a realização das manifestações de rua. Das 45 publicações, sete fazem referência aos eventos. É importante comparar que as mobilizações foram pauta em apenas duas notícias, do total de 103 sobre o caso, pelo *site* Campo Grande News. A reportagem “Mulheres organizam manifestações por justiça a Mayara Amaral”⁶⁰, publicada pelo *site* da revista Cláudia, no dia 2 de agosto de 2017, é a primeira a tratar das manifestações. Em “Feminicídio contra Mayara Amaral mobiliza ativista em todo o Brasil”⁶¹, publicada pelo Jornal do Brasil, 3 de agosto de 2017, o termo “ativista” aparece com destaque. O HuffPost Brasil tratou do assunto em “Mayara Amaral. Um crime que tem nome. E a voz das mulheres”⁶², publicada em 3 de agosto de 2017, e traz informações sobre a campanha lançada na internet para reconhecer o assassinato de Mayara como feminicídio. A Carta Capital, em “Mulheres pedem justiça para Mayara, mais uma vítima de feminicídio”⁶³, publicada em 4 de agosto de 2017, aborda o caso a partir da realização das manifestações. Tal fato demonstra o alcance do discurso dos movimentos feministas ecoados pelas redes sociais. Nas ruas, o caso Mayara Amaral ganha mais um componente de importância a ser abordado pelos veículos de comunicação. O que corrobora com a laboração de Castells (2013) de que, mesmo organizados por meio *online* que proporciona a

⁶⁰ Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/noticias/mulheres-organizam-manifestacoes-por-justica-a-mayara-amaral/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁶¹ Disponível em: <https://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd_matia=860860&dinamico=1&preview=1>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁶² Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/03/mayara-amaral-um-crime-que-tem-nome-e-a-voz-das-mulheres_a_23063968/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁶³ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/mulheres-pedem-justica-para-mayara-mais-uma-vitima-de-feminicidio/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

possibilidade de construção quase permanente, as mobilizações necessitam de base no espaço urbano para legitimação.

Além das ruas, o caso Mayara Amaral também ganhou as páginas de veículos internacionais. Foram feitas duas publicações: “¿Por qué en Brasil es más grave matar para robar un coche que acabar brutalmente con la vida de una mujer?”⁶⁴, de 5 de agosto de 2017, e “Mayara Amaral: Le Féminicide Dont On Ne Dit Pas Le Nom Au Brésil”⁶⁵, de 8 de agosto de 2017. O primeiro é uma tradução da reportagem “Mayara Amaral, a violonista de Campo Grande morta duas vezes”⁶⁶, de 4 de agosto de 2017. As datas das publicações coincidem com a realização das manifestações em algumas capitais brasileiras; embora o material não cite literalmente os protestos.

É interessante verificar que entre os dias 28 de julho e 10 agosto de 2017 somente um *site* nacional abordou o caso. Logo, durante 14 dias seguidos, o caso figurou nos veículos da imprensa nacional e internacional. Posteriormente, verificamos longos hiatos nas publicações; o maior deles se deu entre 4 de dezembro de 2017, quando foi publicado o texto “Toca Que Nem Homem!”⁶⁷, e 6 de março de 2018, quando o Correio Braziliense publicou a seguinte reportagem “Mayara Amaral: Correio relembra história de jovem morta em Campo Grande”⁶⁸. Notamos assim que a atualidade foi um fator mais determinante na mídia nacional. Já na imprensa local, orientada pela proximidade, um ano depois ainda registramos publicações sobre o caso e uma intensa repercussão do julgamento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos os fluxos informativos do caso de Femicídio de Mayara Amaral, notamos que o movimento feminista, potencializado pelo uso das redes sociais, consolidado nas ruas e aqui corporificado pela carta de grande repercussão da irmã da vítima, a jornalista Pauliane Amaral, publicada no Facebook, levou a recirculação do conteúdo jornalístico tanto pela mídia local quanto nacional e internacional. Ficou demonstrada sua capacidade de afetar debates e problematizar questões para além dos

⁶⁴ Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2017/07/30/actualidad/1501370790_128982.html>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁶⁵ Disponível em: <<http://cheekmagazine.fr/societe/mayara-amaral-feminicide-bresil/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁶⁶ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/30/politica/1501370790_128982.html>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁶⁷ Disponível em: <<https://caterinas.info/colunas/toca-que-nem-homem/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

⁶⁸ Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/03/06/interna-brasil.664058/mayara-amaral-correio-relembra-historia-de-jovem-morta-em-campo-grand.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

próprios veículos de comunicação. Os processos se deram de diferentes formas, embora apresentem semelhanças quanto, por exemplo, a concentração do fato em um curto período de tempo. O caráter global das mobilizações da primavera feminista, a partir principalmente do #NenhumaAMenos, ficou evidente. Os levantamentos, no entanto, demonstraram que a capacidade de absorção destas pautas ainda é restrita.

O uso da palavra feminicídio e a referência a carta de Pauliane foram critérios determinantes para revelar a influência dos movimentos feministas na cobertura jornalística para além do manifestado textualmente. Das 148 publicações jornalísticas levantadas, apenas 22 fizeram referência explícita à carta da irmã da vítima, a jornalista Pauliane Amaral, publicada em seu perfil no Facebook, mas o recorte deixou evidente a capacidade de agendamento da publicação. O uso do termo feminicídio, apesar de estar presente em 76 das 148 publicações, encontrou restrições no veículo local e só foi considerado após o debate nas redes, enquanto a cobertura nacional, ainda que feita predominantemente por veículos midialivristas, já assumiu diretamente o termo e se posicionou mais fortemente, inclusive dando visibilidade aos atos públicos. A carta, contudo, trouxe um certo gatilho ao Campo Grande News, que tentou entender os casos de feminicídio, para além dos desdobramentos das investigações e do trâmite judicial, com a produção de reportagens mostrando especialistas e autoridades no assunto. Esforço esperado diante das novidades impostas pela Lei do Feminicídio, sancionada dois anos antes do caso estudado.

Comprovada a influência das redes sociais e das vozes feministas na cobertura da imprensa, o que, ao nosso ver, foi responsável por manter o assunto em evidência para além do tempo-espaço de uma notícia, a pesquisa demonstrou também resistências por parte dos veículos mais tradicionais à narrativa paralela realizada pelos movimentos feministas. Reconhecemos que a apreensão desta narrativa por algumas publicações, foi usada como recurso de aproximação com determinado público, ou mesmo como forma de demonstrar atualidade, pretensa sintonia com as demandas da sociedade.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOGADO, Maria. Rua. In: **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 23-42.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mapa da Violência Contra a Mulher 2018. Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes->

- permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era dainternet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HENRI, Guilherme. Especialista da USP avalia que morte de Mayara foi feminicídio. **Campo Grande News**, 2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/especialista-da-usp-avalia-que-morte-de-mayara-foi-feminicidio>>. Acesso em: 06 jun. 2019.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução: O grifo é meu. In: **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 11-19.
- MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilizações nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MARTINS, Moises Lemos e CARVALHO, Carlos Alberto. Crimes de proximidade contra mulheres em relações de gênero: dimensões políticas de um problema no Brasil e em Portugal a partir da cobertura jornalística. In: PRIOR, Helder, GUAZINA, Liziane, ARAUJO, Bruno (Org.). **Diálofos Lusófonos em Comunicação e Política**. Labcom. IFP, Covilhã, 2016, p. 125-148.
- MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vânia Naomi. Feminicídios: mortalidade por agressão em mulheres no Brasil. In: **Fazendo Gênero 9**: Diáspora, Diversidades e Deslocamentos, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1276533377_ARQUIVO_FEMICIDIOS.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2018.
- MORENO, Rachel. **A imagem da mulher na mídia**: controle social comparado. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.
- ONU MULHERES. ONU Mulheres procura unir forças de todos os setores para o fim dos feminicídios na América Latina e Caribe. 02 dez 2017. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-busca-unir-forcas-de-todos-os-setores-para-o-fim-dos-feminicidios-na-america-latina-e-caribe/>>. Acesso em: 21 mai. 2018.
- PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. **Feminicídio**: invisibilidade mata. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.
- RIBEIRO, Rafael. Amigos estão chocados com envolvimento de bateristas na morte de Mayara. **Campo Grande News**, 2017a. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigos-estao-chocados-com-envolvimento-de-baterista-na-morte-de-mayara>>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017b.
- RODRIGUES, Luana; FERREIRA, Marta. Irmã cobre investigação de estupro antes da morte de Mayara. **Campo Grande News**, 2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/irma-cobra-investigacao-de-estupro-antes-da-morte-de-mayara>>. Acesso em: 20. jul, 2019.
- RODRIGUES, Nielder. Amigos de Mayara Amaral organizam ato contra feminicídio. **Campo Grande News**, 2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigos-de-mayara-amaral-organizam-ato-contrafeminicidio>>. Acesso em: 06 jun. 2019.
- SANCHEZ, Izabela. Mayara Amaral a musicista de MS que virou símbolo contra o feminicídio. **Campo Grande News**, 2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/mayara-amaral-a-musicista-de-ms-que-virou-simbolo-contrao-feminicidio>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SANTOS, Aline. Femicídio é lei de 2015 e tem marca do desprezo a mulher. *Campo Grande News*, 2017. Disponível em:

<<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/feminicidio-e-lei-de-2015-e-tem-marca-do-desprezo-a-mulher>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Los nuevos movimientos sociales*. Debates, Osal,, 2001, p. 177-183 .

TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo*: por que as notícias são como são. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

ZAIDAN, Patrícia. Três homens contra Mayara Amaral. Ela está morta. Carbonizada. *Revista Cláudia*, 2017. Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/blog/coluna-da-patricia-zaidan/tres-homens-contramayara-amaral-ela-esta-morta-carbonizada/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. São Paulo, Instituto Sangari, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

(Recebido em novembro de 2020; aceito em dezembro de 2020).